

Marcelo Antonio Pinheiro

Um conflito subversivo:

Considerações do sujeito na psicanálise ante o sujeito cerebral.

Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Psicologia
Clínica: Teoria Psicanalítica

Orientador: Prof. Dra. Ines Rosa Bianca Loureiro

Sugestões para parecer: Adela Stoppel De Gueller ou Renata Udler
Cromberg

COGEAE – PUC/SP

Resumo

O galopante avanço da neurociência tem colocado em voga um modelo de homem que se anuncia desde o século XVII: o sujeito cerebral. Essa figura antropológica propõe o cérebro, e seu neurofuncionamento, como a matriz do homem e de sua subjetividade. Esse trabalho teve por objetivo colocar em debate a concepção de sujeito cerebral frente à psicanálise. Mais especificamente, procurar descobrir o que se define como humano nesta figura antropológica, e algumas das implicações que provêm deste modelo. Contrapõe, sob o mesmo viés, algumas considerações sobre a concepção de sujeito na psicanálise; mais especificamente, a concepção freudiana de sujeito. Concluimos que, segundo o que a psicanálise, o modelo cerebral não dá conta da dimensão mais própria da subjetividade - o simbólico -, exclui a dimensão do conflito e transforma o sujeito em um objeto a ser normalizado.

Palavras chaves

Corpo e mente; pulsão; inconsciente; Sujeito cerebral, Sujeito em Psicanálise , Psicanálise e Neurociências. S. Freud

Agradecimentos

À Minha família. Simone e Katia, minhas irmãs de sangue, Bia e Mário, meus irmãos do caminhar, e Leila, minha suprema companheira da dor e delícia de ser. Sem eles, simplesmente, não estaria aqui.

Aos meus pacientes. Que, mesmo sem saber, sempre estão presentes em todos os meus estudos, e são o sentido maior destes.

A todos os meus mestres e colegas da psicanálise. Sua presença e conflito, encontros e desencontros, que ao longo de minha brevíssima história na psicanálise, até este momento, tanto me ensinaram a respeito desse saber que tanto me significa; sentido profundo e encarnado, sempre em movimento, na minha intensa ligação com o psiquismo.

Por fim, e apesar de sua discordância quanto a esse lugar de destaque, a minha orientadora Prof. Dra. Ines Rosa Bianca Loureiro - para mim, Ines. Sem ela eu não teria sido capaz de começar e nem terminar essa monografia, nem aprender tanto quanto aprendi; não só estritamente com a psicanálise, mas também sobre gentileza e respeito ao outro e humildade perante o saber.

Sumario

Introdução	5
O Sujeito Cerebral.....	9
1) A noção de sujeito cerebral.....	9
2) Um exemplo polêmico: <i>Engineering love</i>	15
3) Cerebralidade e sujeito	17
Algumas observações sobre a noção de sujeito na Psicanálise	18
1) Para além do orgânico.	18
2) Pulsão e Inconsciente.	22
A) Sobre a pulsão.....	23
B) Sobre o inconsciente	29
3) Sujeito clivado, desejo e conflito.	32
Considerações finais	37
Referências Bibliográficas.....	41

Introdução

O cérebro sempre foi para mim um objeto de grande interesse, dada sua enorme complexidade e importância primária para nossa vida orgânica e para o psiquismo. Desde meus tempos de graduando em psicologia, em que fui um entusiasmado monitor da disciplina de neuroanatomia, sempre tive em boa conta a neurociência e os grandes avanços conseguidos por esta a respeito do estudo do cérebro e seu funcionamento, pois me parece evidente o quanto podemos ganhar com esse conhecimento.

Tanto no que diz respeito ao aprofundamento de nosso saber sobre as relações deste órgão com o psíquico (ampliando assim o saber de nosso próprio objeto de estudo em psicologia), quanto os benefícios que possíveis intervenções oriundas desses estudos representam para minorar o sofrimento de doenças tão nefastas a nossa vida humana – desde as de caráter mais orgânico, como as degenerativas, como as mais psíquicas, como a esquizofrenia -, o estudo do cérebro, impulsionado pelos avanços tecnológicos de nossa sociedade, sempre me pareceu um grande benefício para a sociedade.

Porém, esse avanço galopante das neurociências parece ultrapassar em muito seu próprio espaço, pois o cérebro, e seu neurofuncionamento, impregnam os discursos sociais de modo amplo e com grande repercussão. Prefixo científico para outras disciplinas acadêmicas - neuropediatria, neuropsicologia, neuropsicanálise, etc -, ou presença corriqueira no senso comum - da mídia ao mais superficial papo de botequim -, o cérebro parece ir adquirindo o lugar central de explicação sobre o que somos, pensamos, sentimos e fazemos como homens.

É como se a sede da experiência humana e o local por excelência de qualquer tratamento, se localizassem não mais no sujeito, mas sim em seu cérebro.

Pesquisando sobre o assunto, descobri um pequeno artigo de Bezerra e Ortega (2006) revelando que minha percepção, mais do que uma simples

aparência, é caso de estudo acadêmico. E mais, que há um conceito que sintetiza essa extrapolação do cerebral de sua esfera orgânica, desvelando um modelo de homem que paira em nossa sociedade: o sujeito cerebral.

Neste breve artigo, os autores falam como o cérebro tem se tornado em nosso tempo o que nos define como humanos, principalmente a partir da poderosa influência da neurociência, ratificadora de uma verdade científica a respeito do homem. Tal definição vem substituindo o que antes nomeávamos como atributos da pessoa, do indivíduo ou do sujeito, transformando essa parte do corpo na base para um novo paradigma antropológico: o sujeito cerebral. Nesse sentido, o cerebral ganha uma enorme importância estabelecendo-se como um pressuposto a respeito da existência e da identidade do homem. Como dizem os autores em sua frase final, “Afinal, o que está em jogo não é pouca coisa: a discussão sobre o que, afinal, nos define como humanos.” (p. 16)

Nesse sentido, as implicações para a psicanálise são notáveis, e, de pronto, nos trazem muitas questões. Ora, se o psíquico se estabelece apenas enquanto um epifenômeno do cerebral, por consequência, não se tornaria a ciência psicanalítica secundária e dispensável, ultrapassada no tempo? E, se o que define o homem é o cérebro, e a pretensa objetividade que decorre de seu estudo biológico, qual a relevância e validade teórica da noção de inconsciente, dado que a experiência singular do sujeito, e sua subjetividade decorrente, não mais se constituem em seus sentidos simbólicos, senão, e somente, em seus efeitos de realidade orgânica?

Perguntas como essas são tão pertinentes quanto necessárias, não só como posicionamento da comunidade psicanalítica frente ao sujeito cerebral, mas também como contribuição ao estudo dos modos de subjetivação de nossa sociedade, inclusive dos que se colocam como resistência ante o que se apresenta como reducionismo daquilo que nos define como humanos.

Assim, o objetivo deste trabalho é colocar em debate a concepção de sujeito cerebral frente à psicanálise. Mais especificamente, procurar descobrir o que se define como humano nesta figura antropológica, e algumas das implicações que provêm deste modelo, contrapondo, sob o mesmo viés, as nossas considerações sobre a concepção de sujeito na psicanálise; mais especificamente, a concepção freudiana de sujeito.

Para contrastar essas duas concepções, resolvemos nos deter em apenas um aspecto: a relação entre o orgânico e o psíquico. Tal recorte foi devido, principalmente, ao fato de ser questão central implicada no embate entre as duas concepções. Sendo este recorte um tema ainda amplo e intrincado, novamente optamos por focá-lo através de apenas dois conceitos, intimamente relacionados, que, além de se vincularem a questão orgânico/psíquico, constituem-se como basais na psicanálise: pulsão e inconsciente.

Muito amplo ainda seria percorrer todas as transformações que esses conceitos sofreram na obra de Freud, e assim foi realizado mais um recorte: pulsão e inconsciente tal como formulados na primeira tópica freudiana.

Por fim, essa leitura da primeira tópica foi dirigida especialmente aos textos “Os instintos e suas vicissitudes” (Freud, 1915a) e “O inconsciente” (Freud, 1915b). A escolha desses textos foi duplamente motivada. Em primeiro lugar, dado esse trabalho consistir de uma discussão teórica, a escolha haveria que recair entre textos ‘metapsicológicos’; e o conjunto da década de 10 tem eminentemente esse caráter de tentativa de síntese metapsicológica. Por outro lado, e mesmo para além de meu especial interesse por metapsicologia, a escolha se fez também no sentido de contemplar textos não estudados formalmente neste curso de Especialização, no sentido de ampliar o espectro de conhecimento estudado.

Desse modo esta monografia se organiza em três partes principais: “Sujeito cerebral”, “Algumas noções sobre a concepção de sujeito na psicanálise” e “Considerações finais”.

No primeiro capítulo, sujeito cerebral, falaremos sobre a definição deste modelo de homem, de suas expressões discursivas e importância na contemporaneidade, tanto nas disciplinas acadêmicas quanto na mídia; apontaremos o caráter histórico desta noção e apresentaremos um exemplo polêmico de objetividade cerebralista – o Engeneeringlove .

No segundo capítulo, “Algumas noções sobre a concepção de sujeito na psicanálise”, falaremos sobre como Freud concebe a relação entre o orgânico e o psíquico, inclusive no que diz respeito à terminologia usada por ele; examinaremos a importância dos conceitos de pulsão e de inconsciente para a compreensão da relação orgânico-psíquico. A concepção de psiquismo como

fundado no inconsciente e habitado pelo conflito psíquico. E então, a partir das idéias de Benílton Bezerra, trabalhamos na tentativa de esboçar uma caracterização da noção de sujeito própria à psicanálise.

Por fim, nas “Considerações finais”, falaremos sobre duas implicações fundamentais no embate entre essas concepções: a questão do simbólico e o elemento considerado como constituinte da subjetividade, bem como algumas considerações decorrentes desses aspectos.

O Sujeito Cerebral

“imagine um balanço pendurado, parado no ar, não deixa de ser pra quem vê um balanço....não entre nessa de pensar que você é uma parada imagem”
Novos baianos, 'Ô menina'. Album 'Vamos pro mundo', 1974.

1) A noção de sujeito cerebral

O conceito de sujeito cerebral se refere a uma noção de ser humano que reduz aquilo que nos define como tal ao espectro de possibilidades de um cérebro.

Nesse sentido, a obra de Vidal (2005) é fundamental para situar e compreender este conceito, bem como sua história e suas implicações. Segundo Vidal, “O cérebro é concebido como a única parte do corpo que devemos possuir, e que deve ser nossa, para que nós sejamos nós mesmos; ele aparece como o único órgão indispensável a existência do eu e a manutenção da identidade pessoal.” (p. 226), e ainda: “Já que a personalidade é a qualidade ou condição para ser considerado um indivíduo, a ‘cerebralidade’ é, dessa forma, a qualidade ou condição de ser um cérebro. Esta propriedade define o sujeito cerebral”(p. 226).

Desse modo, sujeito cerebral é uma figura antropológica, uma concepção de homem, enquanto a cerebralidade é sua propriedade definidora. Falar em sujeito implica em falar em pelo menos em dois planos: o ontológico, a questão da existência do ser, e o pessoal, a questão da identidade do eu; no caso do cerebralismo, o cérebro é tido como o fundamento e a garantia dos dois planos.

Francis Crick, eminente bio-cientista britânico falecido em 2004, um dos descobridores da estrutura de dupla hélice do DNA e detentor do Prêmio Nobel em Fisiologia ou Medicina de 1962 por essa descoberta¹, sobre aquilo que nomeou por ‘*hipótese espantosa*’, nos diz:

¹ http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/medicine/laureates/1962/crick-bio.html

“Você, suas alegrias e tristezas, suas lembranças e ambições, seu senso de identidade pessoal e de livre arbítrio, não são mais do que o comportamento de um imenso conjunto de células e suas moléculas associadas”, e ainda, “como diria Alice de Lewis Carrol: Você não passa de um baralho de neurônios” (Crick, apud Costa, 2007, p. 17)

Costa (2007), em “*O risco de cada um – e outros ensaios sobre psicanálise e cultura*”, pensa esse enunciado de Crick como representante radical da abordagem reducionista materialista mental. O autor, no primeiro capítulo desta obra, “a psicanálise e o sujeito cerebral”, discute, entre outras questões ligadas ao tema, a estrutura da crença que pensa a subjetividade como decorrência de processos neurais; a idéia de sujeito como epifenômeno do cérebro. Tal idéia é marcante nesse modelo, pois “O sentido corrente da palavra sujeito, dizem eles, é uma fantasmagoria criada por vícios de linguagem ou hábitos lógicos primitivos” (p. 21).

Em diversos campos da vida contemporânea podemos encontrar expressões desse enunciado reducionista-materialista do que somos. Uma expressão radical do cerebralismo se dá no que outrora era apenas uma ficção científica: a neuropreservação. No ano de 1960, Roald Dahl escreve um conto sobre um homem que escolhe sobreviver sob a forma de um cérebro flutuante em uma solução, com um globo ocular afixado para continuar a ler o jornal (Vidal, 2005, p. 228). Atualmente, a fundação norte-americana Alcor - Alcor Life Extension Foundation -, especialista em pesquisa e tecnologia criogênica, já trabalha com a possibilidade de preservação de cérebros através de criogenia. Uma página do site que aborda as questões mais freqüentes sobre o assunto, define o processo como “(Neuropreservation) is preservation of the brain of a cryonics patient by the best means possible”, e estabelece como meta “(The goal of neuropreservation is to restore the patient to health by regrowing a new body around the brain using future tissue regeneration technology”².

Um ponto fundamental na neuropreservação sugerida pela Alcor, e já insinuada na questão da meta, é relativo ao corpo do sujeito, que não seria preservado como seu cérebro. Isso se daria em função da economia de dinheiro 10 vezes maior de manter sob criogenia somente uma cabeça³, em vez de um corpo inteiro, como também em razão dos problemas próprios da

²<http://www.alcor.org/Library/html/neuropreservationfaq.html>

³ No caso é preservada toda a cabeça, principalmente como medida de proteção ao cérebro.

técnica criogênica na questão de danos aos tecidos celulares, sendo, pois, muito mais simples e eficaz criar outro corpo a partir do cérebro.

Voltando às ficções, tão fundamentais na construção de modelos de subjetividade humana, não faltam exemplos de narrativas relacionadas à subjetividade cerebral. Outro exemplo trazido por Vidal (2005, p. 243), neste caso para discutir filosoficamente a questão dos critérios corporais e da identidade pessoal, é formulado por Sidney Shoemaker⁴. Apesar de não ter o caráter de neuropreservação, seu projeto é semelhante ao acima descrito no que se refere ao valor do corpo no modelo cerebralista – corpo enquanto um ‘resto’ do cérebro.

Numa ficção correlata ao exemplo mencionado por Locke⁵ para afirmar a preponderância da identidade como uma continuidade da consciência e da memória (dando ao corpo a condição de mero invólucro habitado por um ‘eu’ animado), Shoemaker imagina que a medicina tenha inventado uma técnica em que o cérebro é retirado de um corpo para ser consertado. Um dia após o conserto, dois cérebros são recolocados invertidos em dois pacientes distintos, Brown e Robinson. Um dos homens morre, e o sujeito que sobrevive, batizado de Brownson por Shoemaker, tem o corpo de Robinson e o cérebro de Brown. Quando Brownson retoma a consciência, espantado em ver ao lado seu próprio corpo como cadáver, perguntam-lhe seu nome, e a isso ele responde prontamente: “Brown”. Além disso, reconhece como mulher, família e lembranças, tudo o que se relaciona a vida de Brown; em resumo, Brownson é psicologicamente Brown.

Esse tipo de ficção cerebralista é, segundo Vidal, um momento crucial para a “cristalização desse (sujeito cerebral) enquanto figura chave do pensamento contemporâneo” (p. 243). Apresenta a hegemonia cerebral de modo semelhante ao de Locke, apenas substituindo a idéia de “alma” pela de “cérebro”. Alma/cérebro são concebidos como separados/separáveis do corpo, vislumbrando-se a possibilidade de um corpo descerebrado, mera posse do cérebro que sou.

⁴Shoemaker, S. 1963. Self Knowledge and Self Identity, apud Vidal 2005, p. 243.

⁵ “A alma de um príncipe no corpo de um sapateiro o tornaria a mesma pessoa que o príncipe, apesar de que o homem seria diferente”.

“Além de sua função de causa, fundamento material ou condição de possibilidade, ele possui certo primado ontológico. X com o cérebro de Y é Y...Tal é a fórmula lógica do sujeito cerebral. Ter o mesmo cérebro é ter o mesmo corpo – e ser a mesma pessoa” (Vidal, 2005, p. 243).

Mas a importância desse modelo não se encontra apenas nos meios acadêmicos, filosóficos e literários, como também, de forma cada vez mais presente, se expressa na mídia. O artigo ‘*Engineering love*’ – apresentado com vagar mais à frente – é base de uma matéria da revista Superinteressante (Castro, 2012) intitulada ‘Amor de farmácia’. O primeiro parágrafo desta matéria, assemelhando-se ao pensamento dos autores de *Engineering love*, diz: “Amor não é uma vontade incontrolável de ficar com seu amante o tempo todo. O nome disso é serotonina. Amor relaxa o corpo, cria laços e deixa os apaixonados felizes. O nome disso é ocitocina. É dopamina. Biologicamente, paixão é só um jato de hormônios e neurotransmissores disparados pelo cérebro...quando a festa hormonal no cérebro acaba, o amor chega ao fim”. Outro exemplo: em matéria de capa da revista Scientific American (Gage, 2012) intitulada ‘A neurociência da identidade – como os genes saltadores do cérebro fazem cada um de nós uma pessoa única’, encontra-se a afirmação, explicitada já no título, de que a singularidade do sujeito é decorrente de nossa genética cerebral. Também na revista Galileu (Tonon, 2013), uma matéria de capa, cuja imagem é o desenho de um cérebro composto por fiações e um interruptor com a designação ‘auto’, afirma que o livre arbítrio não existe, como deixa claro o título: “Você não decide – cientistas dizem que livre-arbítrio não existe. Uma parte do cérebro fora do seu controle é quem escolhe por você”. Nesses três exemplos, encontrados na imprensa de divulgação científica, há em comum o princípio da cerebralidade: nosso ‘Eu’, aquilo que nos confere identidade (pela via das paixões, da nossa singularidade ou de nossas decisões), não é outra coisa que não nosso cérebro.

Neste caso, em que pese uma eventual simplificação do teor científico por parte das mídias populares, tal veículo desempenha um papel importante na formação do senso comum (talvez mais fundamental que os meios acadêmicos). Sendo a academia aquela que referencia o caráter científico dessa figura antropológica, é a mídia popular, dado seu extenso alcance e sua

incidência massiva no cotidiano das pessoas, que divulga e amplifica o discurso desse modelo. A difusão generalizada de um discurso é fundamental para que ele ganhe força como um vetor determinante dos modos de subjetivação que se constituem e se transformam a partir de uma dada época.

“é justamente quando o senso comum começa a incorporar – e a expressar de maneira tácita ou implícita – certas noções como o fundamento de sua explicação do mundo dos homens, é justamente então que toda a força e importância desse fenômeno devem ser reconhecida” (Bezerra 1989, p 232)

Todos esses exemplos que, explicita ou tacitamente, remetem para a neurociência e sua importância crescente em nosso presente e, possivelmente, em nosso futuro⁶, dão a entender que o conceito de sujeito cerebral surgiu com ela. No entanto, de fato, a história é outra. Não pretendo aqui traçar um histórico desse percurso (descrito em pormenores no artigo de Vidal), e sim apenas indicar que as primeiras construções cerebralistas datam do século XVII. Desde então, com força heterogênea, atravessam o modo com que a ciência e nossas estruturas sociais engendram existência do homem e a questão da identidade, enquanto o termo “neurociência” surge por volta dos anos 60 do século XX (ainda que o prefixo ‘neuro’ seja datado de meados do século XVI). Somente com o intuito de dar uma pequena amostra deste histórico, apresentaremos uma citação de Ortega e Bezerra (2006) que sintetiza e deixa bastante claro que, ao contrário do que aparenta, o sujeito cerebral está mais para um pressuposto da neurociência.

“Mas é equívoco supor que a emergência do sujeito cerebral seja resultado necessário do progresso neurocientífico. É a expressão de uma transformação antropológica e sociocultural de maior amplitude, relacionada com o uso crescente de predicados biológicos para definir os indivíduos - processo identificado por termos tais como "biossociabilidade" e "bioidentidades". Desse modo, mais que efeito, o sujeito cerebral é, em grande medida, pressuposto das neurociências modernas.” (p. 16)

⁶ “Os anos 90 foram o decênio do cérebro; acreditando-se em Jean Pierre Changeux, o século XXI será o século[do cérebro](Changeux, 2000)”. Vidal, F. 2005. p. 229. Changeux é um neurobiólogo importante mundialmente.

Assim, se isso mostra que neurociência não é sinônimo de sujeito cerebral (pois, em seu contexto estrito, ela se refere apenas a uma abordagem científica do cérebro), por outro lado, dado seu objeto de estudo ser o mesmo que orienta as formulações cerebralistas, e diante de sua poderosa repercussão em nossa cultura contemporânea, a neurociência também serve como grande mola impulsora do sujeito cerebral. Vidal, falando sobre as disciplinas ‘neuro’ que se multiplicam em profusão (neuropsiquiatria, neuropsicologia, neuropsicanálise, etc), aponta esse poder validador da ciência cerebral na cultura contemporânea.

“Mesmo que estas áreas tornem-se autônomas ou permaneçam como zonas de intersecção ou de interação entre as neurociências e as ciências humanas, seus nomes são por si próprios significativos. Eles desvelam o poder publicitário e legitimador das atividades que chamam para si as ciências do cérebro. Ao mesmo tempo, a nomenclatura em voga declara a novidade dos desafios que lançam as neurociências e a esperança que elas levantam de chegar a compreender os fundamentos neuronais dos processos estudados pelas ciências humanas, até mesmo de remanejar essas se apoiando no conhecimento do cérebro.” (Vidal 2005, p. 230)

Além disso, situar o conceito de sujeito cerebral como anterior às neurociências, e falar sobre seu trajeto, é afirmar também que há uma história do conceito de sujeito cerebral, e assim que há uma condição histórica na formulação. Parece óbvio que qualquer tipo de noção de sujeito ou de subjetividade seja construído assim, pois, como já apontado, não há como pensar em qualquer tipo de produção humana sem levar em consideração o caldo histórico-cultural que baseia e alinhava esta produção. Isto é: parece-me ainda mais importante sublinhar o caráter histórico da noção de sujeito cerebral porque ela aparenta ser “objetiva”, “verdadeira” e a-histórica, uma vez que o cérebro e seu funcionamento são realidades (também pretensamente...) em si, imunes às variações histórico-culturais. O sujeito cerebral se apresenta como ‘a verdade verdadeira’ do humano. Dessa forma, lembrar que o cerebralismo também é histórico, já aponta para desconstrução do mito cientificista de verdade que subjaz ao modelo de sujeito cerebral, e o coloca em seu verdadeiro lugar: apenas um modelo de homem possível e forjado dentro de um caldo histórico-cultural.

2) Um exemplo polêmico: *Engineering love*

Por fim, quanto aos exemplos do cerebralismo, há dentro do campo da ciência biológica e suas práticas interventivas uma de suas faces mais agressivas. Entre as incontáveis extensões de prefixo 'neuro', há o *neuroenhancement* – neuroaprimoramento. Este se propõe a potencializar determinadas capacidades cognitivas ou emocionais do sujeito via uma intervenção em seu funcionamento neurofisiológico. Bezerra (2009) caracteriza esse tipo de intervenção como um novo modelo da psiquiatria na contemporaneidade, onde o papel de lida com o psicopatológico é substituído por um viés cosmético; nos moldes do slogan da indústria farmacêutica para o lançamento do prozac: "Better than well".

Um exemplo disso é o breve artigo publicado na revista *New Scientist*, '*Engineering love*' (Sandberg & Savulescu, 2012), síntese do trabalho original (Earp, Sandberg&Savulescu, 2012) de pesquisadores da universidade britânica de Oxford.

Os autores dizem que na maior parte de nossa história – história da espécie humana - o casamento durou 35 anos, e que maior parte das uniões maritais terminava com a morte de um dos parceiros. Pelo menos 50% dos casamentos teriam acabado em 15 anos, e que essa média histórica é surpreendentemente próxima da média de duração atual dos casamentos: 11 anos. Disso concluem que a seleção natural não nos equipou para nos manter casados por mais de uma década. Então afirmam que os divórcios têm ultrapassado a morte como causa da separação dos casais, e que isso traz uma consequência significativa para as crianças, pois casamentos estáveis e amorosos são bons tanto para as crianças quanto para os pais, já que melhoram o bem estar destes através do suporte social que lhes proporciona. Para isso, propõem usar a ciência, através da neurobiologia, no sentido de fazer pequenos ajustes nos sistemas químicos responsáveis em criar um amor de longa duração.

E como fazê-lo? Dizem que, através do estudo de neuroimagens em pessoas que experienciam o amor romântico, detecta-se no cérebro padrões de

ativação de áreas ligadas aos hormônios Oxitocina e Vasopressina, e também nos centros de recompensa cerebral; esses achados se ajustam às pesquisas dos hábitos de acasalamento das ratazanas monogâmicas das pradarias e, seus primos, as ratazanas poligâmicas das montanhas – também, respectivamente, chamadas pelos autores de ratazanas ‘fiéis’ e ‘promiscuas’. O estudo comparativo entre o cérebro humano e o das ratazanas, mais estudos com outros neurotransmissores, poderiam levar a intervenções para o aprimoramento matrimonial

Por fim, os autores discorrem brevemente sobre a questão da validade moral e prática do uso de intervenções neuroquímicas para este fim. Quanto a isso concluem que, desde que o neuroaprimoramento seja usado de forma ‘equilibrada’, da perspectiva humana deles, os autores, a felicidade e o florescimento são metas primárias da vida, e que num confronto entre valores humanos e evolução nós deveríamos ignorar o que a evolução promove.

A exposição razoavelmente detalhada de um artigo tão curto se deve à sua surpreendente pretensão de neutralidade científica, ratificada pelos diversos prefixos ‘neuro’ contidos no texto. Essa suposta neutralidade é tão cega quanto inseparável do repertório de sentidos e valores presentes no texto, e também que atravessam a subjetividade dos próprios autores. Para além da naturalização do casamento (afinal, sua ‘duração histórica’ é uma questão da evolução natural...), é fundamental destacar, pelo menos, quatro pontos notáveis. Primeiro, que a questão entre matrimônio e bem estar dos filhos é dada como certa, além da quase ingenuidade de se falar acriticamente em ‘casamentos estáveis e amorosos’. Segundo, que a objetividade das neuroimagens foi conseguida através de pessoas ‘experimentando o amor romântico’ (o que quer que seja isso...). Terceiro, que nomear ratazanas monogâmicas como ‘fiéis’ e poligâmicas como ‘promiscuas’, antes de uma brincadeira para suavizar um texto científico denso, parece-me quase um chiste. Por último, quando os autores, enfim, se referem a questões de valores sociais - a questão moral -, parece-me que a objetividade do uso de ‘forma equilibrada’ é tão precisa quanto as idéias de ‘felicidade e florescimento’ serem factualmente metas primárias da vida.

Ou seja, penso que *Engeneering Love* é um exemplo marcante de como é possível conduzir a questão científica para um modelo que, além de

cosmético, muito se aproxima de uma crença e seus inerentes repertórios morais que a estruturam.

3) Cerebralidade e sujeito

Enfim, qual a importância da discussão sobre a questão do modo de subjetivação do sujeito cerebral? Em seu ponto central e substantivo, a questão do sujeito. Esta aponta para o que faz o ser humano ser considerado enquanto tal, aquilo que nos define enquanto humanos; neste caso, a qualidade do sujeito é ser cerebral. Acontece que, qualquer que seja o fundamento concebido, ele terá consequências. Ou seja, a fundação de uma casa implicará, inequivocamente, nas possibilidades de construção do que se ergue sobre tal fundação. Em outras palavras, aquilo que designamos como o que é mais próprio ao homem, é, ao mesmo tempo, aquilo que dará a amplitude possível do ser do homem. São as implicações éticas de qualquer teoria.

“A redução da identidade à cerebralidade e do corpo ao cérebro, a relegação da experiência vivida, da história do sujeito, do contexto social ou de seus modos de ser no mundo, comportam seguramente perigos quando, no momento de se tomar decisões políticas, jurídicas ou médicas, trata-se de pensar o que é o homem – e de conseqüentemente agir.” (Vidal, 2011, p. 246).

Mas, para pensar algumas implicações para a subjetividade desse modelo de homem, diante deste cenário traçado, me parece relevante perguntar: e a psicanálise, o que pensa do homem? O que é e como se constitui? E então, nas nossas considerações finais, quais as implicações do sujeito cerebral e do sujeito psicanalítico, inclusive comparativamente?

Algumas observações sobre a noção de sujeito na Psicanálise

“Passando de risco a traço pra ser caminho...não vê o longo circuito da luzes da minha terra, as luzes são de fogo, aroma e tocha.”

Novos Baianos, ‘Eu de adjetivos’. Album ‘É ferro na boneca’, 1970.

Para discutir a questão do sujeito na psicanálise, em contraste com o sujeito cerebral, precisamos, antes de tudo, centrar nosso foco para a relação entre o orgânico e o psíquico, demonstrando que a questão do mental na psicanálise não se configura nem como sinônimo nem como um subproduto do orgânico: apesar de ter relações estreitas com esse, possui uma dimensão própria. Depois disso falaremos sobre a dimensão do psíquico, de suas propriedades e leis de funcionamento, que ultrapassam o espectro da consciência, ou melhor, e mais precisamente, que se fundam no inconsciente; neste caso os conceitos de pulsão e de inconsciente, vistos apenas da perspectiva da primeira tópica, serão o nosso foco. Por fim, tendo como base o inconsciente, e, principalmente, as articulações entre tempo, verdade e realidade, que Bezerra (1989) propõe a partir dessa instância, procuraremos esboçar o que caracteriza o sujeito na psicanálise.

1) Para além do orgânico.

Vimos então que o sujeito cerebral tem como princípio de sua construção uma realidade orgânica cerebral, bem como uma verdade proveniente dessa realidade apreendida de forma objetiva e consciente, ou seja, onde o objeto cerebral é compreendido segundo a razão pertinente às suas próprias leis orgânicas, físico-químicas. Deste modo, o sujeito é uma resultante orgânica e objetiva do ‘baralho de neurônios’. Segundo esta concepção, o anímico seria apenas uma construção discursiva não científica

sobre o homem, um tipo de ilusão metafísica, a ser descartada diante do avanço dos conhecimentos biológicos sobre o cérebro.

Em termos ontológicos, podemos remontar esse tipo de pensamento à tradição monista e materialista das ciências naturais (por exemplo, na teoria do biólogo positivista Haeckel). Para esta tradição, só existe uma substância – a matéria. Todos os fenômenos devem ser explicados nos termos das propriedades e leis (físicas, químicas, biológicas) da matéria. Por isso, não se reconhece um domínio próprio às ciências do espírito. O monismo materialista “tem por efeito recusar a separação de duas substâncias distintas que seriam caracterizadas como ‘alma’ e ‘corpo’. (...) essa distinção ontológica funda a distinção epistemológica (entre ciências da natureza e ciências do espírito): uma vez recusada a primeira, a segunda se torna, ipso facto, caduca”⁷.

Epistemologicamente, o organicismo cerebralista se fia com o materialismo de tradição fisicalista. Afinal, tem como idéia central que: “tudo que é próprio ao humano há de ser redutível às leis da matéria” (Loureiro 2000, p. 254).

Para a psicanálise, no entanto, a questão do sujeito de modo algum se reduz a isso. Apesar do pensamento freudiano também reivindicar raízes na ciência natural e no fisicalismo, para Freud a questão da natureza, e então da subjetividade do homem, ultrapassa a dimensão meramente orgânica/corporal. Freud postula a existência de um “aparelho psíquico” (literalmente: aparato da alma), expressão que já anuncia a complexidade de suas reflexões nesse campo das fronteiras entre o somático e o psíquico

Na troca de correspondências entre Freud e Groddeck é possível fazer uma primeira apreensão do modo como o pioneiro da psicanálise entende essa complexa questão da relação entre as dimensões corporal e anímica.

Groddeck, em sua primeira carta, afirma que “A distinção entre corpo e alma não era mais que uma distinção nominal e inessencial, e que corpo e alma constituem uma coisa comum”⁸. A resposta de Freud, nos dois trechos que seguem, é categórica quanto afirmar a independência do psiquismo:

⁷ P-L, Assoun, *Introdução à epistemologia freudiana*, p. 51, apud Loureiro 2000, p. 251.

⁸ Carta de Groddeck à Freud (27/05/1917), apud Loureiro 2000, p. 260.

“Porque desde sua bonita base V.S. se lança à mística, suprime a diferença entre o anímico e o corporal, e se aferra a teorias filosóficas que não vêm ao caso? Suas experiências não conduzem senão ao reconhecimento de que o fator psicológico tem uma importância insuspeitadamente grande, inclusive com respeito à aparição de enfermidades orgânicas”⁹

E, adiante:

“Deixemo-la (a natureza) com sua grandiosa diversidade que ascende do inanimado à vida orgânica, e da vida corporal ao anímico”.¹⁰

Assim, parece evidente a existência, para Freud, de uma dimensão corporal distinta da do anímico.

Porém, façamos uma pausa para a questão etimológica da palavra ‘alma’. Há dois motivos importantes para tal. Primeiro, pois, via senso comum, é possível compreender erroneamente a dimensão do anímico proposta por Freud sob um ponto de vista transcendental ou religioso, já que a palavra ‘alma’ é bastante marcada por esses sentidos. O segundo motivo é a solução apresentada pela tradução inglesa – Standart Edition -, que, apesar de evitar os sentidos religiosos pertinentes à ‘soul’, deturpa o sentido freudiano originário de ‘alma’ através do uso de ‘mind’ (mente).

Bettelheim, em *Freud e a alma humana* (1982), faz uma extensa discussão do termo em seu capítulo décimo e não deixa dúvidas a respeito desses dois equívocos. Freud emprega os termos Seele (alma) ou Seelisch (aparelho da alma), e, segundo Bettelheim, “...quando Freud fala sobre alma, não está aludindo a um fenômeno religioso, mas a um conceito psicológico; trata-se também de uma metáfora.” (p.93), pois “por ‘alma’ ou ‘psique’ entende Freud aquilo que é de valor supremo no homem enquanto está vivo.” (p.93).

Porém, o foco do autor para o sentido de ‘alma’ não é prioritariamente na desconstrução do viés sobrenatural ou imortal da palavra, mas sim no caráter científico supostamente agregado a ela pela tradução ‘mente’; e isto interessa bastante para este trabalho. Segundo Bettelheim, a palavra ‘mente’ tem um sentido redutor e racionalizante com relação ao que Freud quer se referir, e que, suspeita o autor, até mesmo a palavra ‘alma’ foi usada “...por causa de sua imprecisão, de sua ressonância emocional.” (p.93), e que “A ambiguidade

⁹ Carta de Freud à Groddeck (05/06/1917), apud Loureiro 2000, p. 260.

¹⁰ Carta de Freud à Groddeck (05/06/1917), apud Loureiro 2000, p. 261.

da palavra fala da ambiguidade da própria psique...”(p.93). Mas o que poderia significar mais aproximadamente, ainda que necessariamente impreciso, ‘alma’? Segundo Bettelheim, as traduções mais pertinentes seriam¹¹: “a parte emocional da natureza humana” (p.92), e “ a parte emocional da natureza humana” (p. 92). E, é importante frisar, que ‘alma’ tem para Freud o mesmo significado de ‘Psique’. Traduzindo um trecho de ‘*Um esboço de psicanálise*’ Bettelheim deixa evidente essa relação, comentando “Esta passagem deixa perfeitamente claro que, para Freud, a psique e a vida da alma são a mesma coisa” (p. 91). Portanto, em psicanálise, falar sobre psiquismo é falar sobre alma, no sentido de significados tecidos por Freud, e que não correspondem ao reducionismo da palavra mente¹².

Aqui está nosso interesse em marcar a etimologia de ‘alma’ em Freud, pois, também pelo viés etimológico, pode-se notar que a ciência psicanalítica e seu objeto de estudo, o psiquismo, não correspondem, nem são redutíveis, aos princípios científicos que regem as ciências biológicas. A tradução de “alma” por “mente” não se justifica, “...salvo o *desejo de interpretar a psicanálise como uma especialidade médica – para essa adulteração das referências de Freud a alma*” (Bettelheim 1982, p.92, Grifos nossos).

Retornando à discussão das dimensões da matéria, se no plano ontológico Paul-Laurent Assoun mostra o monismo materialista de Freud¹³, a conversa com Groddeck indica que ele está considerando, neste plano da subjetividade, uma dimensão corporal distinta da dimensão anímica. Estamos aqui trabalhando conforme a proposta de Loureiro (2000), quando trata da complexa e intrincada questão do monismo/dualismo no pensamento freudiano, neste a autora diferencia três planos – ontológico, subjetividade e conceitual. No plano ontológico, monismo. No plano conceitual, Freud opera claramente com dualismos. Neste trabalho, estamos discutindo o plano da subjetividade: como Freud concebe o sujeito, inclusive a partir de sua experiência clínica com

¹¹ Baseando-se no Oxford English Dictionary

¹² É importante dizer que a tradução dos textos de Freud utilizada por essa monografia não tem esse trato etimológico. Assim, nesta, onde se lê ‘mente’ e ‘mental’, tomaremos por ‘psíquico’ e ‘psiquismo’.

¹³ Em termos ontológicos, o monismo aponta para as teorias que consideram apenas uma substância como origem das coisas do universo. Freud compartilha do monismo materialista (só existe matéria) e fisicalista (tudo é redutível a forças/elementos físico-químicos).

sujeitos concretos. É nesse campo que cabe falar de corpo e psiquismo, e também que Freud se refere ao espírito. Como sugere Loureiro (2000):

“Sob a pena freudiana, o termo espírito (com minúscula) nos conduz ao segundo plano em que dispusemos o problema do dualismo, qual seja, nos leva a dimensão da subjetividade. Nesta acepção, o espírito é considerado, simultaneamente, parte da natureza e distinto dela.” (p. 259).

Mas não só distintos são o orgânico e o psíquico, como também relacionáveis dentro da natureza. No primeiro trecho citado na resposta à Groddeck, Freud fala sobre a importante influência do anímico nas patologias orgânicas¹⁴, e, no segundo, referindo-se à diversidade das coisas da natureza, fala em ascensão de um plano a outro, do inanimado ao orgânico, e deste ao psíquico, numa relação, segundo Loureiro, de ‘*Continuum da natureza*’, onde se podem discernir dimensões qualitativamente diferentes, como se fossem degraus mutativos (orgânico/inorgânico, anímico/corporal).” (Loureiro 2000, p. 261). E é aí, nesse ‘*continuum da natureza*’, entre o orgânico e o psíquico, que se constitui o elemento fundamental do pensamento freudiano, e de todo e qualquer desdobramento que provenha da psicanálise a respeito do psiquismo, e, por consequência, da subjetividade concebida pela psicanálise, a saber: o inconsciente. Na própria correspondência de Freud a Groddeck, é possível evidenciar esse surgimento do inconsciente entre o orgânico e o psíquico:

“É certo que o inconsciente constitui a autêntica mediação entre o corporal e o anímico, o acaso tanto tempo buscado ‘missing link’”¹⁵

2) Pulsão e Inconsciente.

Antes de começar esse pequeno estudo teórico sobre os conceitos de pulsão e de inconsciente, gostaríamos de situar ao leitor que, apesar da ampla gama de textos possíveis na obra de Freud para tanto, optamos por utilizar como textos-base, respectivamente, “*Os instintos e suas vicissitudes*” (Freud,

¹⁴ Um modo de pensar essa relação pode ser encontrado em Freud quando este propõe compreender a libido narcísica a partir da observação das doenças orgânicas. (Freud, 1914, p 89 e seguintes)

¹⁵ Carta de Freud à Groddeck (05/06/1917), apud Loureiro 2000, p. 261.

1915a) e “*O Inconsciente*” (Freud, 1915b), ambos componentes do conjunto de textos conhecidos por ‘metapsicológicos’. Como dissemos na introdução, esta escolha se dá em função dos recortes deste trabalho (primeira tópica) e pelo fato desses textos metapsicológicos serem tanto estritamente teóricos, quanto uma espécie de síntese das idéias de Freud a respeito dos conceitos abordados no âmbito da tópica mencionada.

A) Sobre a pulsão

Apesar de o inconsciente ser o conceito mais fundamental da concepção psicanalítica do aparelho psíquico – “Se fosse preciso concentrar numa palavra a descoberta freudiana, seria incontestavelmente na palavra inconsciente” (Laplanche, 1987, p.236) -, a opção foi por abordar primeiramente a noção de pulsão. Isto porque, a nosso ver, é preciso dispor na noção de pulsão para poder compreender a origem e algumas características do sistema inconsciente. Além disso, como veremos, Freud afirma literalmente que a pulsão é um conceito limite entre o psíquico e o somático. Assim, antes de falar no inconsciente, há que se falar em Pulsão¹⁶.

Começemos com uma definição:

“Processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz o organismo tender para um objetivo. Segundo Freud, uma Pulsão tem sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão); o objetivo ou meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objetivo ou graças a ele que uma pulsão pode atingir sua meta”. (Laplanche 1998, p. 394)

Esse processo dinâmico perpassa toda a obra freudiana. Strachey, nos comentários que antecedem sua tradução inglesa de ‘*Os instintos e suas vicissitudes*’ (Strachey, 1915a), diz que o termo começa a se tornar corrente só

¹⁶Adotarei o termo ‘Pulsão’ apenas por que essa nomenclatura tem um sentido vívido de *singularidade* em minha recente história pessoal com a psicanálise. No entanto, função da querela que envolve a tradução do termo original ‘Trieb’, das citações, provenientes da edição Standart (Editora Imago), sempre constarão a palavra ‘instinto’.

a partir dos *‘Três ensaios sobre a sexualidade’*(Freud, 1905) como ‘instinto sexual’; no entanto:

“Os instintos apareciam, naturalmente, sob outros nomes. Empregava-se amplamente em seu lugar expressões como ‘excitações’, ‘idéias afetivas’, ‘impulsos anelantes’, ‘estímulos endógenos’, e assim por diante” (Strachey, 1915a, p. 120).

Essas expressões, incluindo ‘instinto’, já dão uma idéia inicial do vínculo do conceito com a questão orgânica (mais especificamente, com o conceito de ‘estímulo endógeno’). É a partir deste conceito que Freud (Freud, 1915a) começa a pensar sobre as pulsões, fazendo aproximações e distanciamentos, sob o ângulo da fisiologia, entre esta e o modelo do arco-reflexo. Freud diz que o arco-reflexo é um modelo “segundo o qual um estímulo aplicado ao tecido vivo (substância nervosa) a partir *de fora* é descarregado por ação *para fora*.”, e que isso é conveniente porque “afastando a substância estimulada da influência do estímulo, remove-a de seu raio de atuação” (Freud, 1915a, p. 124).

O arco reflexo e as pulsões se aproximam no aspecto de os dois terem como precursores de sua existência um estímulo a eles aplicado, que impõe uma ação como resposta no sentido de livrar-se do próprio estímulo. São eles assemelhados, deste ponto de vista, pois provêm do mesmo substrato orgânico: o sistema nervoso.

“O sistema nervoso é um aparelho que tem por função livrar-se dos estímulos que lhe chegam, ou reduzi-los ao nível mais baixo possível; ou que, caso isso fosse viável, se manteria numa condição inteiramente não-estimulada.”(Freud, 1915a, p. 125)¹⁷

No entanto, os dois conceitos parecem ter mais diferenças do que semelhanças, e assim se começa a diferenciar o conceito de pulsão. Em primeiro lugar, o estímulo das pulsões tem fonte interna e o arco reflexo, externa. Como exemplo, Freud distingue, por um lado, os estímulos da luz sobre os olhos (arco reflexo), e, por outro, a secreção da membrana mucosa da

¹⁷Strachey, em nota de rodapé sobre esse trecho citado, nos ensina que este é o ‘princípio da constância’

faringe e a irritação da membrana mucosa do estômago (pulsões)¹⁸. Segundo, os estímulos externos têm como condição um impacto momentâneo, e os pulsionais um impacto constante. Freud não usa do exemplo acima – luz e irritação de mucosa - para falar sobre essa característica, mas, aproveitando o exemplo, podemos imaginar que a luz, qualquer que seja a fonte, só nos impacta diante de condições que as relacionam a nós (como a variação de intensidade, de proximidade da fonte), enquanto a fome nos impõe a condição constante, dela mesma, independente de uma ação muscular, pois proveniente de fonte interna. Decorre disso a terceira diferença crucial, quanto à ação possível diante da origem do estímulo: há como evadir-se de estímulos externos, mas isto não é possível quando o estímulo provém de nos mesmos. Nas palavras de Freud:

“Chegamos assim a natureza essencial dos instintos, considerando em primeiro lugar suas principais características, sua origem em fontes de estimulação dentro do organismo e seu aparecimento como força constante – e disso deduzimos uma de suas outras características, a saber, que nenhuma ação de fuga prevalece contra eles.”
(Freud, 1915a, p. 125)

Além disso, os estímulos internos trazem uma exigência de trabalho que ultrapassa completamente a simples ação de esquiva que norteia o sistema nervoso na lida com o estímulo externo. A pulsão exige uma atividade complexa: levando em conta o princípio da constância, tem que lidar com o acúmulo de excitação (inevitável e incessante), através de uma resposta não apenas muscular, mas, fundamentalmente, com idéias, afetos e as contradições de prazer/desprazer envolvidas. Tal princípio que norteia as ações relativas aos estímulos internos é o princípio do prazer:

“Quando ainda verificamos que até mesmo a atividade do aparelho mental mais desenvolvido está sujeita ao princípio do prazer, isto é, que ela é automaticamente regulada por sentimentos pertencentes a série prazer/desprazer, quase não podemos rejeitar a hipótese ulterior, segundo a qual estes sentimentos refletem a maneira pela qual o processo de dominação de estímulos se verifica – certamente no sentido que

¹⁸ Freud, neste momento (Freud, 1915a, p.124), faz uma alusão as pulsões de auto-preservação, que são parte das pulsões do ego, as quais, ante as pulsões libidinais, perfazem o conflito pulsional da primeira tópica que veremos adiante.

sentimentos desagradáveis estão ligados a um aumento e os sentimentos agradáveis a uma diminuição do estímulo.” (Freud, 1915a, p. 126)

Até aqui já temos o suficiente para demonstrar que só o *orgânico*, do ponto de vista da psicanálise, não é o suficiente para dar conta dos eventos mentais. Há sim o substrato orgânico dos estímulos internos, a força motriz do psíquico; porém as propriedades deste, bem como o processo de sua regulação, ultrapassam o meramente orgânico. Como vimos, há uma ‘diversidade da vida’ no ‘continuum da natureza’ mais complexo, onde a simples ação direta (estímulo-esquiva) não basta, exigindo um trato com a dinâmica conflituosa das idéias, e seus significados e afetos relacionados, que emergem dessa força de base orgânica. Surge então, como consequência e necessidade para a vida humana¹⁹, o trabalho do psíquico; um aparelho psíquico. Assim:

“Se agora nos dedicarmos a considerar a vida mental de um ponto de vista biológico, um ‘instinto’ nos aparecerá como sendo um *conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo.*” (Freud, 1915a, p.127; grifos nossos)

Notem que Freud está se referindo de modo explícito a corpo e psíquico como duas dimensões distintas, embora ligadas entre si. No âmbito dessa relação de fronteira entre orgânico e somático, a pulsão apresenta quatro elementos constitutivos: pressão, finalidade, objeto e fonte.

A pressão da pulsão é “de fato, sua própria essência” (Freud, 1915a, p. 127). Ela se constitui como o fator motor, a exigência de trabalho constante ao psiquismo. A fonte é “...o processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo, e cujo estímulo é representado na vida mental por um instinto.” (p. 128). A finalidade, em sentido estrito, é sempre a satisfação, ou seja, a eliminação do estado de estimulação da fonte da pulsão. Em sentido amplo, já que sempre

¹⁹ Talvez a vida animal como um todo, como Freud parece indicar quando diz, a respeito das questões em aberto no estudo do Inconsciente: “...qual a importância que possui nos animais – são questões sobre as quais não se podem deduzir qualquer conclusão a partir de nossa descrição : devem ser investigadas independentemente.” (Freud, 1915b, p. 194)

ligada ao elemento fonte (fonte sempre plural – as fontes, pois referente a diferentes órgãos ou partes do corpo) e ao objeto, e levando em conta as vicissitudes da pulsão²⁰, a finalidade possui “várias finalidades mais próximas ou intermediárias, que são combinadas ou intercambiadas umas com as outras.” (p. 128). O Objeto é “a coisa em relação à qual ou através da qual o instinto é capaz de atingir a sua finalidade.” (p.128). Freud nos ensina que este é o que há de mais variado na pulsão, não original a ela, destinado à pulsão por ser mais adequada a satisfação desta, que pode ser modificado no decorrer das vicissitudes da pulsão, e ainda, o mesmo objeto, servir a satisfação de pulsões distintas²¹.

Mas essa dinâmica entre o orgânico e o psíquico, vista acima sob a ótica dos componentes da pulsão, se apresenta também na própria constituição das pulsões sexuais. A origem da sexualidade se dá através do vínculo desta com as pulsões de auto-conservação, responsáveis pelas necessidades básicas do organismo na luta pela vida, constituindo-se por apoio nestas.

“A atividade sexual apoia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas” (Freud 1905, p. 171)

Freud nos mostra nos *‘Três ensaios para a teoria da sexualidade’* (Freud 1905) que a idéia de apoio²² remonta a “primeira e mais vital das atividades da criança – mamar no seio materno (ou em seus substitutos)” (p. 171). Através da experiência de satisfação que o alimento proporciona ao desprazer da fome, deriva-se desta um prazer paralelo, sem relação direta com a nutrição, mas amparado na própria atividade de sugar que tinha, antes, apenas uma finalidade de necessidade alimentar. Sugar, ou melhor ‘chuchar’, torna-se uma atividade em si-mesmo, prazerosa e auto-erótica, independente do seio e do alimento que dele provém, pois sua satisfação se dá apenas pelos lábios - a

²⁰ Não é o caso desse trabalho adentrar nas intrincadas questões das vicissitudes da pulsão. Porém, mesmo para esclarecer um pouco melhor a noção de finalidade e, depois, de objeto, é importante mencionar que a pulsão possui vários destinos possíveis: reversão no seu oposto, retorno em direção ao eu do indivíduo, repressão e sublimação (Freud 1915a, p. 132 e seguintes).

²¹ A modificação do objeto, e a confluência de pulsões sobre um objeto, dizem respeito, respectivamente, aos mecanismos de deslocamento e condensação, motrizes do processo primário.

²² O conceito de ‘Apoio’ (Anlehnung) dá caminho para duas questões relacionadas, embora distintas: a origem das pulsões sexuais e a escolha analítica de objeto. Neste trabalho, o conceito de apoio está vinculado somente a primeira questão.

primeira zona erógena - e na tentativa de reencontro com o prazer outrora experimentado na experiência do mamar²³. Afinal, “Quem já viu uma criança saciada recuar do peito e cair no sono, com as faces coradas e um sorriso beatífico, há de dizer a si mesmo que essa imagem persiste como a norma de expressão da satisfação sexual em épocas posteriores da vida”. (Freud 1905, p. 171)

Retornando ao texto ‘*Os instintos e suas vicissitudes*’, Freud propõe, mesmo dizendo que essa proposição não tem o status de postulado necessário, dois grupos de pulsões primordiais: as pulsões do ego, ou auto-preservativas, e as pulsões sexuais. Essa proposta se dá no âmbito da lida psicanalítica com a questão das neuroses de transferência, pois “...na raiz de todas as afecções desse tipo, se encontra um *conflito entre as exigências da sexualidade e as do ego*”. (p. 130, grifos nossos). Há dois pontos que gostaríamos de ressaltar a respeito dos *dois grupos* pulsionais. Primeiro, que não sendo postulação necessária e sempre de caráter clínico, há a abertura para a mudança que se dará na reclassificação das pulsões ocorrida nos anos vinte: pulsões de vida ante as pulsões de morte²⁴. Segundo, servindo mais especificamente ao objetivo deste trabalho, e independente do viés metapsicológico referir-se à primeira ou segunda tópica, que o *conflito* se constitui como pedra angular da ciência psicanalítica a respeito da subjetividade humana e suas produções.

Para se compreender o conceito de pulsão de forma minimamente profunda e precisa é necessário levar em conta uma enormidade de aspectos. Porém, para o escopo deste trabalho, é importante esclarecer, em acordo com o que nos mostra Strachey (1915a, p. 117 e seguintes), que no decurso da obra freudiana há duas versões a respeito da pulsão. Numa versão, a pulsão já

²³ Apesar de Freud dizer expressamente que “...a estimulação pelo fluxo cálido de leite foi sem dúvida a origem da sensação prazerosa” (p. 171), penso, porém, que o prazer do chuchar ultrapassa apenas essa origem, pois resulta da complexidade maior da experiência de mamar; como, por exemplo, da experiência do cálido acolhimento dos braços maternos. Assim, o complexo de representações do chuchar ampliaria suas associações, e tanto o desejo proveniente dessa atividade se destinaria ao reencontro dessa complexidade maior de experiência de satisfação, quanto às satisfações sexuais provenientes do abraço, referidas, por exemplo, como ‘estar no colo’, remeteriam a essa experiência oral primeva.

²⁴ O novo dualismo pulsional (pulsões de vida e pulsões de morte) será apresentado no ensaio “Além do princípio do prazer”, de 1920.

é psíquica, ela é a própria inscrição/representação psíquica dos estímulos somáticos. Na outra, é extra-psíquica; neste caso se faz representar no psiquismo pelos representantes ideativos e afetivos. É deste último modo que Freud trata da pulsão em seu trabalho metapsicológico sobre '*o Inconsciente*' (Freud 1915b), o que nos serve de passagem para falar sobre o a constituição do inconsciente e do aparelho psíquico.

B) Sobre o inconsciente

“O núcleo do *Ics.* consiste em representantes instintuais que procuram descarregar sua catexia; isto é, consiste em impulsos carregados de desejo” (Freud, 1915b, p. 191)

Freud começa a primeira parte de sua obra metapsicológica sobre '*O inconsciente*' dizendo que a “suposição a respeito do inconsciente é *necessária e legítima*, e que dispomos de numerosas provas de sua existência” (p.172).

Pelo lado da *necessidade*, porque uma série de atos psíquicos não é explicável apenas pelas manifestações da consciência, tais como os lapsos, os sonhos e os sintomas psíquicos. Assim, o único modo de compreensão desses atos mentais só pode se dar pela suposição de processos psíquicos latentes.

É *legítimo*, porque apesar desses processos psíquicos latentes não serem conscientes, pode-se aplicar a eles nosso habitual modo de pensar racional. Freud diz que nossos processos psíquicos latentes são como se 'um outro' em nós, e que, numa apreensão superficial, aparenta “uma outra segunda consciência que, no próprio eu do indivíduo, está unida a consciência que se conhece.” (p. 175). Porém, logo em seguida, nos apresenta três argumentos que desmontam essa possibilidade de 'outra consciência', e nos coloca, inescapavelmente, a um 'outro inconsciente' em nós. Primeiro, pois esse outro não contém a propriedade intrínseca à consciência, a de ser cômico, terminando então numa contradição insuperável de uma 'consciência inconsciente'. Segundo que, dado os processos psíquicos latentes terem alto grau de independência mútua, precisaríamos assim supor 'n' outras consciências, pois, além de desconhecidas, seriam desconhecidas entre si. E,

em terceiro lugar, o “mais convincente de todos os argumentos”, que em função de sua importância merece destaque especial:

“...a investigação analítica revela alguns desses processos latentes como possuidores de características e peculiaridades que parecem estranhas a nós, ou mesmo incríveis, e que vão diretamente de encontro aos atributos da consciência que nos são familiares.”(Freud, 1915b, p. 175)

Assim, dado que aquilo que pertence ao inconsciente apresenta características e peculiaridades próprias, já podemos deduzir que a nomeação ‘inconsciente’ está para além de uma qualificação de um ato mental pela propriedade de não ser-côncio, um apenas ‘inconsciente latente’.

Freud, no capítulo II, ‘Vários significados de ‘O inconsciente’ o ponto de vista topográfico’, nos leva a essas duas acepções do termo ‘inconsciente’. A primeira no sentido descritivo, da qualidade do ato mental não côncio; a segunda, como um *sistema* próprio de funcionamento, um ‘Inconsciente’ (abreviado por ‘Ics’ - para fins de não confundirmos uma acepção com outra), no sentido sistemático, arbitrando para sua contrapartida o sistema ‘Consciente’ (abreviatura ‘Cs’).

Neste capítulo segundo, Freud nos apresenta um quadro metapsicológico de um ato psíquico com relação aos dois sistemas do psiquismo. Diz que um ato psíquico passa por duas fases, quanto a seu estado, aos quais se interpõe uma censura. Na primeira fase um ato psíquico é inconsciente e pertence ao Ics, sendo que este ato tem duas possibilidades: ou é rejeitado na censura permanecendo inconsciente no Ics, e então é considerado recalado²⁵, ou, se não rejeitado, passa ao Cs. Estar no Cs não quer dizer estar côncio, mas apenas permanecer pertencente a esse sistema, pois o sistema Cs contém um sub-sistema²⁶ ‘Pré-consciente’ (abreviatura Pcs.)

²⁵O termo ‘Recalque’, em vez de ‘Repressão’, corrente no texto das obras completas (Ed. Imago), é usado neste trabalho quase que pelas mesmas razões expostas do uso de ‘Pulsão’ em vez de ‘Instinto’. Em termos de terminologia, Laplanche propõe recalque e repressão para designar as operações de repressão e supressão, respectivamente. O que importa é que ao falar de recalque ou repressão (Verdrängung), estamos referindo o mecanismo de excluir e manter uma representação no sistema Ics. (Laplanche 1998, p. 457)

²⁶ ‘Sub-sistema’ não é uma nomeação de Freud, que, por vezes, fala no Pré-consciente como um possível terceiro sistema. Porém, dado que ele contém as propriedades do sistema Cs, e também, por vezes, Freud o designa junto ao Cs., uso dessa expressão ‘sub-sistema’.

que tem seu conteúdo meramente latente, inconsciente no sentido descritivo, e que, para passar à consciência exige atravessar uma nova fronteira de censura entre o Cs, em seu núcleo, e ele mesmo, o Pcs. Com isso Freud nos mostra que “...a psicanálise desviou-se mais um passo da ‘psicologia da consciência’ descritiva e levantou novos problemas, adquirindo um novo conteúdo.” (Freud, 1915b, p. 178), ou seja, a topografia psíquica²⁷.

E quais são as características ‘estranhas a nós’, ou mesmo ‘incríveis’ próprias ao lcs? No capítulo V, “As características especiais do sistema lcs.”, Freud nos apresenta um quadro resumido das suas quatro principais características:

“Resumindo: a isenção de contradição mútua, o processo primário (mobilidade das catexias), a intemporalidade e a substituição da realidade externa pela psíquica — tais são as características que podemos esperar encontrar nos processos pertencentes ao sistema lcs.” (Freud, 1915b, p. 192)

Expandindo minimamente esse resumo, se pode dizer que a ‘isenção de contradição mútua’ diz respeito à simultaneidade de atividade de pulsões aparentemente incompatíveis, que, em vez de se reduzirem entre si ou se cancelarem, “se combinam para formar uma finalidade intermediária, um meio-termo.” (p. 191). O ‘processo primário’ diz respeito às idéias contidas no Inconsciente terem liberdade de ceder sua cota de investimento pulsional à outra idéia. Tal manejo se dá em função do Inconsciente funcionar através do processo psíquico primário, donde os mecanismos de deslocamento e condensação, mecanismos de transação de investimentos pulsionais, são seus marcos distintivos. A ‘intemporalidade’ do inconsciente diz respeito ao Inconsciente não ter qualquer referência ao tempo cronológico – passado, presente e futuro -, ou seja, seus representantes, e as relações entre eles, não são ordenadas ou marcadas temporalmente. Por fim, a realidade do Inconsciente, ‘realidade psíquica’, está sujeita apenas ao princípio do prazer; “seu destino depende apenas do grau de sua força e do atendimento às exigências da regulação prazer-desprazer.” (p. 192).

²⁷ Os outros dois conteúdos metapsicológicos são os aspectos dinâmicos e econômicos.

Para amplificar a dimensão dessas afirmativas a respeito do que se constitui como nuclear em nosso psiquismo, é importante frisar que experiências tão comuns em nossa consciência (ex: contradição de idéias, certeza quanto à importância de uma idéia, ou ordenação cronológica delas), podem ser ilusórias no que diz respeito à lógica do sistema lcs. De fato, a consciência só percebe aquilo que seu próprio modo de funcionamento permite, o que não inclui a lógica do sistema lcs e sua importância decisiva na dinâmica psíquica.

“Na psicanálise, não temos outra opção senão afirmar que os processos mentais são inconscientes em si mesmos, e assemelhar a percepção deles por meio da consciência à percepção do mundo externo por meio dos órgãos sensoriais... Assim como Kant nos advertiu para não desprezarmos o fato de que as nossas percepções estão subjetivamente condicionadas, não devendo ser consideradas como idênticas ao que, embora incognoscível, é percebido, assim também a psicanálise nos adverte para não estabelecermos uma equivalência entre as percepções adquiridas por meio da consciência e os processos mentais inconscientes que constituem seu objeto. Assim como o físico, o psíquico, na realidade, não é necessariamente o que nos parece ser.”
(Freud, 1915b, p. 176)

Ou seja, além da existência de uma dimensão psíquica diferenciada em relação ao orgânico, Freud está afirmando que o próprio psíquico é estranho e opaco ao eu consciente e racional.

3) Sujeito clivado, desejo e conflito.

Nessa caminhada, vimos que o sujeito na psicanálise não se reduz ao nível orgânico, embora nele tenha origem. O psíquico é uma dimensão necessária para contemplar a questão da subjetividade, e nessa dimensão quem impulsiona nossos atos psíquicos não é consciência (ou melhor, o Cs.), mas sim o inconsciente, aquilo que pertence ao sistema lcs.

Porém, mesmo que muitas vezes não explicitamente, vimos mais. Quando falamos de pulsão – do conceito limite entre orgânico e psíquico, do conflito pulsional -, ou do inconsciente – da qualidade do ato psíquico ser

consciente ou inconsciente, da divisão topográfica entre Cs. e lcs., das propriedades diferentes a cada sistema -, falamos em dualidades; quando não, como no caso das diversas pulsões sexuais coexistentes e concorrentes, para além de dualidade, temos de pensar em pluralidade. Essas pequenas amostras de dualismos contidas neste texto indicam como este é presente na obra de Freud. E, se falamos em dualismos, ou pluralidades concorrentes, falamos necessariamente em produção de diversidades via conflito. Em sentido semelhante vai o pensamento de Loureiro (2000).

“Assim, a preocupação predominante em Freud parece ser, além de frisar a diversidade realmente existente, a de *garantir que a produção de diversidade (conflitiva) se instale no amago do aparelho psíquico, como uma espécie de dínamo resistente aos movimentos unificadores e identitários.*” (p. 265, grifos nossos)

E qual é a energia motriz desse dínamo que mantém a diversidade? Nesse sentido, de subversão aos ‘movimentos unificadores e identitários’, é que Bezerra (1989) pensa o campo da psicanálise. Tem como questão o perigo da própria psicanálise enveredar por um caminho de “fetichização da obra freudiana” (p. 220), da naturalização do psíquico, a partir da idéia de Figueira²⁸ de uma dupla influência do psicologismo, onde a difusão da psicanálise funcionaria como instrumento de ampliação do psicologismo, tendo como efeito reverso a sedimentação de um viés psicologizante sobre o próprio campo psicanalítico. Com foco nesse perigo, Bezerra discute a construção da psicanálise no contexto da subjetividade moderna, mais especificamente, diante de sua figura antropológica central: o Homo Psychologicus. Nesse artigo, Bezerra mostra que apesar da psicanálise ter como condição *sine qua non* para seu surgimento a existência a subjetividade moderna, ela se configura enquanto um avesso dessa mesma subjetividade, um movimento subversivo ao estatuto de saber totalitário – saber do uno - e autorreferente da interioridade da qual ela mesma provém.

“E justamente se podemos – como nosso percurso anterior pode assinalar – reconhecer que a psicanálise é legítima representante do mundo moderno, ela não

²⁸ Figueira S. “Introdução: psicologismo, psicanálise e ciências sociais na ‘cultura psicanalítica’”. In (org): *Cultura da psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

pode ser de fato compreendida inteiramente senão naquilo que ela tem de 'ilegítimo' com relação a esse mundo" (Bezerra, 1989, p. 233)

Essa subversão psicanalítica da naturalização do psíquico, em prol da ressignificação da subjetividade e do remanejamento simbólico, é tratada por Bezerra a partir de três noções interdependentes tal como se apresentam no campo psicanalítico: o tempo, a realidade psíquica e a verdade.

O autor nos mostra que a questão do tempo na psicanálise é central. Já vimos aqui que a intemporalidade (ou atemporalidade, conforme algumas traduções) é uma propriedade do lcs, e Bezerra nos situa como o psiquismo assimila o suceder temporal. Sua origem está no jogo de presença/ausência do objeto materno primordial, que se constitui como o primeiro choque ante o intemporal das satisfações alucinatórias do bebê. Porém, o momento marcante dessa assimilação é a travessia do complexo de Édipo. A égide da castração sobre as pretensões onipotentes de controle da realidade, que marca essa travessia, resulta na inscrição cronológica do sujeito; havendo um luto narcísico e uma resultante de ideais como horizonte identificatório, há, necessariamente, um presente que enluta um passado e idealiza um futuro a ser buscado.

No entanto, essa dimensão de suceder temporal é insuficiente para dar conta da produção histórica do sujeito. A linearidade e a permanência que implicam o tempo cronológico não estão de acordo com a realidade psíquica; seriam, no caso de uma psicanálise psicologizada, apenas uma ação do passado infantil sobre o presente do sujeito, uma concepção de inconsciente realista, como se fosse um 'inconsciente biográfico'²⁹. O que acontece ao inconsciente é sua permanente reconstituição passada no tempo presente, num processo sem fim de incorporação de sentidos dos quais os eventos não eram dotados originalmente – o *après-coup*, o só depois. Assim, na subjetividade concernente ao 'inconsciente biográfico', a palavra tem caráter de certeza, já que "A ela caberia apenas a tarefa de descrever os sentidos antes

²⁹ 'Inconsciente biográfico' não é uma expressão de Bezerra, mas sim uma "tradução" minha da idéia acima descrita. 'Inconsciente biográfico' diria respeito às representações terem uma realidade concreta e cronológica, prontas e acabadas, sempre "assombrando" o presente do sujeito. O inconsciente como tal, diverso disso, é sempre sujeito a ressignificação, pois a realidade é simbólica e não cronológica, e assim sempre se faz do presente (e talvez da expectativa do futuro) para o passado – conforme indica a noção de *après-coup* (posterioridade).

ocultos pelo esquecimento e revelados pela ação de rememoração” (Bezerra, 1989, p. 235). Perde, desse modo, sua relação de significado mais intrínseca ao inconsciente e, portanto, ao processo analítico de reordenação simbólica, pois, nesta operação “...a palavra atual organiza o passado em função do futuro”(p. 235), levando seus efeitos de ressignificação à experiência vívida do sujeito, pois “O relato do passado perde seu caráter de certeza, e passa por um remanejamento simbólico cujos efeitos se dão sobre o presente”(p. 235).

A partir desse processo de reinscrição do passado sempre aberto à reformulação, Bezerra nos põe diante da questão da verdade na psicanálise, e da discussão do significado dessa. Afinal, “Onde se sustenta a noção de verdade, se esta se encontra sempre na iminência de revisão?” (p.236). A verdade, na psicanálise, está diretamente ligada à questão da realidade psíquica, a realidade das fantasias inconscientes, a realidade do desejo inconsciente, que, como vimos anteriormente neste trabalho, não é sujeita ao crivo nem de uma realidade externa factual, nem das propriedades da consciência, nem de uma realidade inconsciente biograficamente circunscrita. Antes de tudo e principalmente, diz respeito ao sistema inconsciente em acordo com os *significados simbólicos* que se dão, através da palavra, nas representações neste contidas.

Decorre disso, da incidência do inconsciente sobre a verdade, que o sujeito na psicanálise seja, segundo Bezerra, o “sujeito clivado” (p. 236), pois sua existência está sempre cindida do saber consciente - saber que conhece a realidade através da razão, onde a verdade é externa ao saber e dada por um critério de sanção que afere veracidade. O saber do inconsciente se refere a “dimensão que se expressa na emergência do desejo inconsciente” (p. 236), sendo sua verdade isomorfa ao saber inconsciente; por isso, afirma que “a verdade na psicanálise é a verdade do desejo” (p. 237)

É na verdade do desejo que o sujeito encontra a marca singular de sua subjetividade de sujeito clivado, e através dela que retornamos à questão do conflito. Pois se obra de Freud é marcada pela explicitação e ênfase no conflito, ela assim se configurou a partir da experiência clínica, pois nesta, e não numa abstrata visão de mundo, o sujeito assim se apresenta. Já que o

desejo, qualidade ou condição do sujeito clivado³⁰, é a inesgotável fonte impulsora de nossa subjetividade singular, sempre marcado pela impossibilidade de satisfação e pelo deslize de suas significações, não há outra saída para o homem que não seja viver em conflito com suas exigências.

Em resumo, o sujeito diante da propriedade que é mais intrínseca à sua condição de sujeito, a sua adjetivação, como “clivado” e dotado de uma dimensão inconsciente, há que ser sujeito no conflito.

³⁰ Em alusão e contrapartida à cerebralidade e o sujeito cerebral.

Considerações finais

“E a mente apavora o que ainda não é mesmo velho...
porque és o avesso do avesso do avesso do avesso.”
Caetano Veloso, ‘Sampa’, Album : ‘Caetanear’, 1985.

Ao fim deste trabalho, podemos resumir a duas as principais divergências que encontramos entre o sujeito cerebral e o sujeito na psicanálise: a amplitude e o constituinte da subjetividade humana.

Com amplitude queremos dizer que a subjetividade cerebralista, em função de amparar-se no meramente orgânico, ainda reduzido ao cerebral, não dá conta do simbólico - elemento principal, intra e inter psíquico, na origem e na lida do homem com o desejo. Quanto ao constituinte da subjetividade, o sujeito cerebralista é antes um objeto do seu cérebro do que sujeito de sua singularidade; por isso, a única intervenção possível em seu funcionamento é a normalização de sua estrutura e fisiologia cerebral.

Por certo, mesmo o mais radical dos cerebralistas considera a influência das inter-relações do homem com seus pares, e a cultura que medeia essas relações como parte fundamental na construção dos sentidos que este dá à sua experiência e ao mundo. Ou seja, de alguma maneira, levam em conta o simbólico. Porém, por pressupor na neurofisiologia cerebral o centro da subjetividade, releva o simbólico a, no mínimo, papel secundário, pois, neste caso, menos que um criativo jogo de sentidos entre sujeitos, o simbólico é considerado apenas em seus resultantes comportamentais; comportamentos adquiridos. E, por serem adquiridos por um cérebro - pois o sujeito no cerebralismo é seu próprio cérebro -, possuem realidade apenas em sua dimensão orgânica, e não na própria teia de sentidos que constitui o simbólico. Daí decorre que, para os cerebralistas, por exemplo, não é o caso de discutir se amamos ou não, ou o que o amor representa para nós, e sim o de verificar se temos ou não uma dopamina qualquer na ‘festa hormonal no cérebro’.

O homem cerebral é um bio-produto. Ele é objeto de suas determinações genéticas e neurofisiológicas que vão se estabelecendo em contato com o ambiente – termo mais adequadamente ‘neuro’ para este ‘sujeito objetivado’ que falar em cultura -, no decurso da vida.

O problema é que, segundo a concepção do cerebralismo, tudo o que não é cerebral pode ser entendido como meros efeitos – ilusórios, enganosos – do verdadeiro sujeito (o cérebro). Assim, até existe sentimento, discurso, construção simbólica, etc –, pois é desse modo que nos concebemos e representamos. Mas, ‘no fundo’, e com validação de ‘ciência’, deveríamos produzir e alterar esses sentimentos, discursos, etc, simplesmente manipulando o seu fundamento: o neurofuncionamento.

No modelo do sujeito cerebral, o orgânico está para o anímico como se um outro autônomo. Para esta concepção, o que chamamos de “anímico”, “psiquismo”, parece-nos não passar, como já nos alertava Costa (2007), de um simples epifenômeno do cérebro; é como compreendemos e traduzimos, subjetivamente, os efeitos do funcionamento cerebral.

O máximo que podemos fazer diante da ação do orgânico é fornecer-lhe novas variáveis, sempre de caráter físico-químico, para alterar arbitrariamente seu funcionamento. Por isso, no nível da intervenção terapêutica, a concepção cerebralista de sujeito só possibilita a intervenção no cerebral a partir de um parâmetro ideal. Independente do viés da intervenção realizada, ela sempre se dará em função de um ideal, de um padrão a ser alcançado; uma normalização do cérebro. Já que no cerebralismo o homem é equalizado a um cérebro, ipso facto, pressupõe uma normalização da experiência humana; e moralizadora, pois a objetividade científica, enquanto uma verdade asséptica, apenas esconde o repertório de sentidos de sociais – políticos, econômicos, religiosos, etc - que subjaz a ela. É absolutamente claro que onde impera o parâmetro do ideal não há espaço para o conflito ou disfunções, senão enquanto um câncer a ser extirpado para restabelecimento do desenvolvimento correto.

Assim, tomemos o exemplo da fome. O cerebralismo a consideraria apenas do ponto de vista da fisiologia cerebral da experiência de alimentar-se, no máximo dos comportamentos relativos ao comer, desconsiderando a escolha da comida, o sujeito que deseja algo de comer, a cultura em que a comida e o sujeito estão inseridos (em nossa cultura, por exemplo, o verbo ‘comer’ está associado à sexualidade...), e os significados inconscientes que fundam e atravessam essa experiência. Afinal, como diz Arnaldo Antunes, ‘você tem fome de quê?’.

Nas intervenções pautadas pelo cerebralismo, como é o caso do agressivo neuro-aprimoramento, o comer, além das desconsiderações daquilo que compõe a experiência subjetiva humana, é forçado a vincular-se a uma norma ideal de ‘alimento correto’, sob o verniz validador de uma objetividade científica que promove ‘o alimento saudável’, sem mencionar, ou mesmo perceber – se é que há ingenuidade nisso -, os vieses políticos, econômicos, religiosos, e outros tantos que constituem nossa malha cultural (como, por exemplo, que empresa paga a conta das pesquisas científicas).

Mas não só o sujeito é conduzido a tal ou qual norma que convém a alguém; isso implica, no fim desse caminho, colocar o sujeito na *condição de objeto* – passivo, moldável, corrigível, e mesmo validável. É um movimento perverso, visto que o homem torna-se apenas objeto do desejo e de manipulação do outro, ficando destituído da própria condição de sujeito de sua singularidade. Destituído do desejo e do conflito, de si e da relação com o outro. Isso pode implicar até mesmo que, na concepção de ideal dos que ‘validam a verdade’, existam sujeitos impossíveis de corrigir, e que, nestes casos, o saudável alimento prescrito pode bem ser ‘a fome’, pois, para o bem estar da saúde social, prescreve-se cientificamente a ‘aniquilação’. É sempre bom lembrar, para os que acham isso aviltante ou absurdo, que assim foi quando da ciência ariana para com os judeus. E, aproveitando disso, também não esquecer nosso papel como psicanalistas na luta contra esse tipo de perversão científica, afinal, retomando Bezerra (1989), a psicanálise é um movimento subversivo ao estatuto de saber totalitário.

Assim, finalizamos aqui essas pequenas considerações a respeito desse embate. Decerto, um assunto desta monta só foi levemente tocado por esta monografia, pois é incomensuravelmente mais amplo e complexo do que os limites de uma monografia acadêmica. Ultrapassa mesmo a psicanálise, e, dado o tema ser ‘o que nos define como humanos’, se apresenta no nível pluri e interdisciplinar. Mas, poderíamos pensar ainda em algumas perguntas de ordem estritamente psicanalítica. Por exemplo, dado ter um caráter de sujeito que, contraditoriamente, o destituí desse papel, seria a concepção de sujeito cerebral um derivado de nossas pulsões de morte? Ou ainda, agora pensando na relação entre psicanálise e cultura, seria a noção cerebralista de sujeito, justamente, um derivado do inconsciente, que visa, através de uma requentada

ilusão, escapar do inequívoco mal estar pertinente aos conflitos da vida psíquica no coletivo? Enfim, perguntas como essas são tão intrigantes para este autor como parecem importantes de serem buscadas.

Ainda, gostaria de afirmar que a questão aqui não é a desconsideração do cérebro como parte fundamental de nossa constituição enquanto sujeitos, até mesmo porque são evidentes os resultados psíquicos e comportamentais provenientes de uma neuro-intervenção qualquer. Nem dizer que a eficácia da intervenção neural seja apenas e sempre desastrosa para a subjetividade. Por exemplo, em casos severos de esquizofrenia, os resultados das drogas antipsicóticas são, muitas vezes, pré-condição para haver intervenção psíquica junto ao sujeito e reinserção social.

O caso é compreender que o homem, no 'continuum da natureza', é mais que um apenas orgânico, e que a dimensão do anímico é o espaço próprio para uma subjetividade que se propõe minimamente agente, reflexiva e transformadora, ainda que conflituosa e cindida. Ou seja, com isso queremos dizer que mais do que um 'baralho de neurônios', o sujeito na psicanálise é, ao mesmo tempo, carta, criador de jogos e jogador no baralho de desejos do inconsciente.

Referências Bibliográficas

- Bettelheim, B. (1982). *Freud e a alma humana*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1998.
- Bezerra, JUNIOR, B. C. (1989). *Subjetividade moderna e o campo da Psicanálise*. In: Birman, J. (org). *Freud 50 anos depois*. Rio de Janeiro, Ed. RelumeDumará, 1989
- Bezerra, JUNIOR, B. C. (2009). *Novas fronteiras da subjetivação*. Palestra proferida para o projeto 'Café filosófico', CPFL-TV Cultura. <http://www.cpfcultura.com.br/2009/12/02/integra-novas-fronteiras-da-subjetivacao-benilton-bezerra-junior/>-consultado em 09/10/13
- BEZERRA JUNIOR, B. C.; ORTEGA, F. O sujeito cerebral. *Viver Mente e Cérebro Especial* (Impresso), v. 162, 16-17, 2006.http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/o_sujeito_cerebral.html - consultado em 13/12/2012
- Costa, J.F. (2007). *O risco de cada um: e outros ensaios de psicanálise e cultura*. Rio de Janeiro, Ed. Garamont universitária.
- Earp, B. D., Sandberg, A., & Savulescu, J. (2012). *Natural selection, childrearing, and the ethics of marriage (and divorce): Building a case for the neuroenhancement of human relationships*. *Philosophy & Technology*, 25(4), 561-587.
- Freud, S. (1905). *Três ensaios sobre a sexualidade*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud, Vol. VII. Rio de Janeiro, Ed. Imago, 2006.
- Freud, S. (1914). *Sobre o narcisismo: Uma introdução* In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud, Vol. XIV, Rio de Janeiro, Ed. Imago, 2006.
- Freud, S. (1915a). *Os instintos e suas vicissitudes*. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud, Vol. XIV, Rio de Janeiro, Ed. Imago, 2006.
- Freud, S. (1915b). *O inconsciente*. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud, Vol. XIV, Rio de Janeiro, Ed. Imago, 2006.
- Laplanche, J. e Pontalis, J.-B (1987). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999.
- Loureiro, I. (2000). *O carvalho e o pinheiro – Freud e o estilo romântico*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, PUC-SP, mimeog.

Castro C. & Deursen, F. (2012). Amor de farmácia. Revista *Superinteressante*, ed. Abril, edição 311, n. 12, 68 – 71. , novembro 2012.

Tonon, R (2013). Você não está no comando. Revista *Galileu*, ed. Globo, edição 261, 45 – 51, abril 2013.

Sandberg, A. & Savulescu, J. (2012). Opinion the big idea: Engineering love. *New Scientist*, 12/05/2012, 214 (2864), 29-30.

Gage, F & Muotri, A (2012). O que torna o cérebro singular. Revista *Scientific American*, ed. Duetto, edição 119, 34 – 39, abril 2012.

Strachey, J. (1915a) *Nota introdutória do tradutor inglês à ‘Os instintos e suas vicissitudes’*. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud, Vol. XIV, Rio de Janeiro, Ed. Imago, 2006.

Strachey, J. (1915b). *Nota introdutória do tradutor inglês à ‘O inconsciente’*. In: Em: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud, Vol. XIV, Rio de Janeiro, Ed. Imago, 2006.

Vidal, F (2005). O sujeito cerebral: um esboço histórico e conceitual. *Polis e Psique*, vol. 1, n. 1, 2011. Original em Francês, Le Sujet Cérébral. *PSN*, vol.III, n. 11, janvier-février 2005.